

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.192 - RJ (2019/0229214-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
REPR. POR : PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE
ADVOGADOS : BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948
ALEXANDRE DA SILVA FARIA CAMPOS - RJ198928
AGRAVADO : AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA
ADVOGADOS : FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA - RJ034320
ALINE MOREIRA HERINGER DE SÁ - RJ148628
ANNE MORIM RIBEIRO SOARES - RJ163917
AGRAVADO : JOSE AUGUSTO LOPES
ADVOGADOS : PAULO BERNARDO KELM DIAS NEVES - RJ148992
ANTONIO CARLOS CAVALCANTI - RJ004456D

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A. - EM LIQUIDAÇÃO desafiando decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fl. 603):

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO CELEBRADO ENTRE O AUTOR E AS RÉS, ESTABELECENDO, IMPLICITAMENTE, QUE A RÉ, NOBRE SEGURADORA S.A., ARQUE COM O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO PERITO JUDICIAL. RECURSO DA RÉ/SEGURADORA REQUERENDO A GRATUIDADE DE JUSTIÇA E ALEGANDO QUE É DEVER DA PARTE AUTORA EFETUAR O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, DE ACORDO COM O "ITEM VI" DO ACORDO, QUE PREVÊ QUE ESTA DEVE ARCAR COM AS CUSTAS JUDICIAIS. ADEMAIS, FOI DECRETADA A LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA APELANTE.

RECURSO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. OBSERVA-SE QUE NO ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, PRINCIPALMENTE NO CITADO "ITEM VI", NÃO FOI MENCIONADO QUE O AUTOR SERIA O RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DAS DESPESAS JUDICIAIS, QUE NÃO SE CONFUNDEM COM AS CUSTAS JUDICIAIS E, DE FATO,

ABRANGEM OS HONORÁRIOS PERICIAIS, AO CONTRÁRIO DESTAS, QUE SE RESTRINGEM AO CUSTO DO SERVIÇO DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL STRICTU SENSU.

ADEMAIS, INEXISTE DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO À GRATUIDADE DE JUSTIÇA PLEITEADA PELA RÉ SEGURADORA. SÚMULA Nº 121 DO TJRJ E SÚMULA Nº 481 DO STJ. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL QUE NÃO CARACTERIZA, POR SI SÓ, A IMPOSSIBILIDADE DA APELANTE ARCAR COM O PAGAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ALEGADA HIPOSSUFICIÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO."

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos arts. 98, 99, 489 e 1.022 do CPC/2015.

Alega a recorrente que o Tribunal de origem deixou de analisar o conteúdo dos documentos juntados, os quais indicam que o passivo é maior que o ativo e demonstram a sua carência de recursos financeiros, autorizando o deferimento do pedido de gratuidade de justiça.

Aduz, ainda, que não foi dada oportunidade para que a agravante juntasse novos documentos antes de indeferir a benesse.

Acrescenta que se encontra em liquidação extrajudicial e, assim, não possui condições de arcar com as custas do processo sem prejudicar seus credores e que não recolheu o preparo do recurso especial, porquanto este se restringe em discutir a concessão do benefício.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, ressalta-se que é desnecessário o preparo do recurso cujo mérito discute o próprio direito ao benefício da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que não há lógica em se exigir que o recorrente primeiro recolha o que afirma não poder pagar para só depois a Corte decidir se faz jus ou não ao benefício.

Noutro vértice, a pacífica jurisprudência deste Tribunal Superior assinala que à pessoa jurídica é possível a concessão do benefício da gratuidade da justiça somente quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, não havendo falar em presunção de miserabilidade.

No caso, o Tribunal de origem indeferiu o pleito de gratuidade de justiça - formulado por ocasião da interposição de recurso de apelação - e afirmou a possibilidade de o ora recorrente arcar com os honorários periciais, nestes termos (e-STJ, fls. 607/611):

"Quanto à alegação de fazer jus ao benefício da gratuidade, verifica-se que a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência foi prevista no CPC, em seu parágrafo 32 do artigo 99 do CPC de 2015, exclusivamente para as pessoas naturais, pelo que no caso de pessoa jurídica, a situação de ausência de recursos suficientes para arcar com pagamento das despesas processuais deve ser muito bem comprovada.

Como se sabe a gratuidade processual constitui exceção dentro do sistema judiciário pátrio e o benefício da assistência judiciária gratuita deve ser deferido apenas àqueles que são efetivamente necessitados, na acepção legal, sob pena de aviltar-se o próprio instituto da assistência judiciária.

Nessa linha, os termos da Súmula nº 481 do STJ: Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

Neste sentido o enunciado nº 121 do TJ/RJ:

"A gratuidade de justiça a pessoa jurídica não filantrópica somente será deferida em casos excepcionais, diante da comprovada impossibilidade do pagamento das despesas processuais".

O exame dos autos revela que a apelante fundamentou seu pedido no fato de se encontrar em liquidação extrajudicial e que este fato, por si só, já geraria a presunção de hipossuficiência.

A fim de demonstrar a alegada hipossuficiência juntou aos autos relatórios do liquidante extrajudicial e relatórios elaborados pela SUSEP e informações gerenciais com a situação financeira em 2016 e 2017 (indexadores 00498 a 00594 - volume 3). Contudo, a documentação acostada, de fato, não comprova a alegada impossibilidade de arcar com as custas do processo.

Registre-se que, o fato de o passivo da ré apelante ser maior do que o seu patrimônio, não induz indisponibilidade econômica atual para fazer frente às custas do processo, permitindo a sua defesa. Note-se que o benefício da gratuidade de justiça visa impedir situações em que a parte se veja impossibilitada de manejar sua defesa por ausência de recursos para pagamento das custas judiciais; o que não é o caso da apelante/seguradora.

[...] Nesse quadro, correta a sentença no sentido de que a ré, NOBRE SEGURADORA S.A., arque com o pagamento dos honorários periciais."

Superior Tribunal de Justiça

Como se observa, a Corte local se manifestou sobre todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, inclusive fazendo referência aos documentos juntados pela agravante, de modo que a rejeição dos embargos declaratórios, nesse contexto, não implica contrariedade aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Aliás, o referido *decisum* não merece reparos. Com efeito, uma vez não comprovada pela ora recorrente o seu estado de pobreza jurídica, correto o indeferimento da gratuidade de justiça, na medida em que esta Corte já assentou, na linha expendida pelo Tribunal local, que, "*para fazer jus ao benefício da gratuidade da justiça, a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve demonstrar a sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais*" REsp 1.756.557/MG, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, DJe de 22/3/2019).

Ademais, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido, no sentido de que a parte recorrente faria jus ao benefício pretendido, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília/DF, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator